

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.646 - SP (2018/0308814-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **JULIA ALMEIDA BARANSKI**
ADVOGADOS : **LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - SP146770**
 ANDRE SANTANA NAVARRO - SP300043
AGRAVADO : **PEDRO PEREIRA DOS SANTOS PERES**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 PEDRO PEREIRA DOS SANTOS PERES - DEFENSOR
 PÚBLICO - SP209779
 ERIKA DORIA DOS SANTOS - DEFENSOR PÚBLICO -
 SP320529
 JULIO GROSTEIN - DEFENSOR PÚBLICO - SP294217
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADORA : **LILIAN RODRIGUES GONÇALVES E OUTRO(S) - SP088030**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Julia Almeida Baranski contra decisão da Presidência do STJ que reconheceu a intempestividade do recurso especial.

Aduz a recorrente que o recurso especial foi interposto tempestivamente, pois nos dias 27 e 28/2/2017 não houve expediente no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo devido ao feriado de carnaval, conforme demonstra o Provimento do Conselho Superior de Magistratura - CSM n. 2.394/2016.

Argumenta que, embora o carnaval não seja feriado nacional, não houve expediente em nenhum estado da federação, o que demonstra ser uma conduta amplamente adotada e conhecida pelo Poder Judiciário.

Sustenta ser possível a comprovação posterior de feriado local, em razão do disposto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015.

Impugnação das partes agravadas às e-STJ, fls. 1.336/1.342 e 1.670/1.672.

Através da petição de e-STJ, fls. 1.709-1.713, informa a agravante que a Egrégia Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.813.684/SP que ocorreu em 2 de outubro de 2019, decidiu, por maioria, permitir que os recursos interpostos sem a comprovação do feriado local (segunda-feira de carnaval) possam ser regularizados, conforme se infere da anexa certidão de julgamento.

É o relatório.

Verifica-se que, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3/STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o apelo foi interposto sob a vigência do novo CPC, a

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência vinha aplicando a literalidade da regra contida no art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, com o seguinte teor: "O recorrente provará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso."

Delimitando a questão, a Corte Especial, ao apreciar o AgInt no AREsp 957.821/MS, havia concluído pela impossibilidade de comprovação do feriado local posteriormente à interposição de recurso, por força de norma específica contida no novo diploma processual (art. 1.003, § 6º, do CPC/2015).

Contudo, ao julgar o REsp 1.813.684/SP, a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça pôs fim à controvérsia e entendeu por prevalecer o seguinte entendimento, noticiado no sítio eletrônico deste Tribunal, em 4/10/2019:

Por maioria de votos, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que a comprovação de feriado local na segunda-feira de Carnaval deve ser feita no ato da interposição do recurso. Com a conclusão do julgamento na última quarta-feira (2), o colegiado afastou a tese de que os feriados forenses não previstos em lei federal poderiam ser considerados fatos notórios e, assim, dispensariam a necessidade de demonstração de suspensão do expediente no tribunal local.

Entretanto, com base no artigo 927, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil de 2015, a Corte decidiu modular os efeitos da decisão para estabelecer que ela valerá para os recursos interpostos após a publicação do acórdão no REsp 1.813.684. Para os recursos interpostos em data anterior, será permitida a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazos em virtude do feriado local.

No caso dos autos, verifica-se que o recurso especial foi interposto antes do julgamento do REsp 1.813.684/SP, e foi considerado intempestivo por decisão da Presidência desta Corte de Justiça em virtude da não comprovação, no ato de interposição do recurso, da suspensão do expediente forense na segunda-feira de Carnaval (e-STJ, fls. 836-837).

Desse modo, aplica-se, no presente incidente, a modulação de efeitos referida no julgamento do REsp 1.813.684/SP.

Considerando que a parte agravante trouxe, no agravo interno ora analisado, a comprovação de que não houve expediente no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2017, devido ao feriado de carnaval (Provimento do Conselho Superior de Magistratura – CSM n. 2.394/2016), deve ser considerado tempestivo o recurso especial trazido à apreciação.

Ante o exposto, com fulcro no art. 1.021, § 2º, do CPC/2015, c/c o art. 259 do RISTJ, conheço do agravo interno para, em juízo de retratação, reconsiderar a decisão impugnada, a fim de considerar o recurso especial tempestivo, devendo os autos retornarem conclusos para melhor análise da questão suscitada, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento do apelo nobre, a ser realizado no momento processual oportuno.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

